

# DE UM PONTO DE VISTA ASSUMIDAMENTE ENGAJADO: BISSEXUALIDADE, ACADEMIA E ATIVISMO<sup>1</sup>

Danieli Klidzio (UFMS/RS)

**Resumo:** Partindo da minha dissertação de mestrado, no presente trabalho reflito sobre o fazer etnográfico considerando éticas e teórico-metodológicas desde uma perspectiva engajada na qual a pesquisadora é também parte de seu campo. Por meio de uma etnografia a partir das mídias digitais, a referida pesquisa pensa a bissexualidade enquanto identidade sexual e política e as produções brasileiras em torno desta. Nos últimos anos movimentos ativistas e referências acadêmicas bissexuais vêm se expandindo por meio de iniciativas coletivas como o GAEBI (Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade) e a Frente Bissexual Brasileira. Por me identificar enquanto bissexual, pesquisar sobre bissexualidade e integrar tais movimentos, tenho feito meu trabalho de campo também enquanto sujeito “de dentro”. A pesquisa é construída em um movimento de: voltar-se para tal campo de pesquisa por inserir-se e identificar-se pessoal e politicamente como bissexual, ao mesmo tempo em que a própria posição de pesquisadora do tema produz condições de acesso a determinados grupos bissexuais. Nesse sentido a ideia de “objeto” de pesquisa deixa de fazer sentido na medida em que são borradas as fronteiras entre sujeito e objeto como localizações opostas e não agenciadas. Também, uma perspectiva “de dentro” impacta a noção de campo de pesquisa como sendo um deslocamento para “o outro”, para o diferente e exótico na medida em que exige um olhar para si e um “estranhamento do familiar”. Explorando desde as motivações para a escolha do tema até a prática do exercício etnográfico perpasso neste texto tensionamentos sobre a própria produção científica.

**Palavras-chave:** bissexualidade; pesquisa antropológica; objetividade do conhecimento.

## INTRODUÇÃO

Trazendo reflexões pertencentes à minha dissertação de mestrado em andamento<sup>2</sup>, no presente trabalho reflito sobre o “fazer etnográfico” levantando questões éticas e teórico-metodológicas desde uma perspectiva engajada na qual a pesquisadora é também parte do campo. Tendo a bissexualidade como tema, mais precisamente organizações ativistas e iniciativas de visibilidade nas mídias digitais como produções audiovisuais ou até mesmo perfis no Instagram, a pesquisa foi realizada no período de pandemia da Covid-19, por meio de uma etnografia a partir das mídias digitais. Assim, o trabalho traz consigo uma imbricação entre pesquisadora, campo e emoções como central no “fazer científico”, especialmente por eu me identificar como bissexual e acessar e construir o campo de pesquisa um tanto quanto “de dentro”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto e 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> As reflexões apresentadas são um recorte da parte teórico-metodológica da minha dissertação ainda em fase de finalização da escrita e caracterizam-se como reflexões germinais que serão melhor trabalhadas em outros escritos.

Destaco as expressões “fazer antropológico” e “fazer científico” com o objetivo de desnaturalizar a rigidez e a individualidade que uma ideia de ciência dura<sup>3</sup> estendida às ciências humanas e sociais, e principalmente à antropologia, implica. Nesse sentido, ao contrário do que pode parecer a um primeiro olhar, longe de ser desprovida de objetividade, a pesquisa antropológica encontra caminhos de exercer o rigor científico sem abrir mão de uma relação de intimidade com o campo (relação como envolvimento, que implica proximidade mas também um exercício de afastamento).

Como já mencionado, a referida dissertação aborda a bissexualidade enquanto identidade sexual e política e as produções brasileiras em torno desta. Nesse sentido, mais do que destacar que se trata de uma pesquisa assumidamente bissexual – permeando reflexões sobre ativismo e visibilidades bi<sup>4</sup> e academia – o presente texto traz um recorte que diz respeito às reflexões sobre o processo de pesquisa, o campo e a escrita, considerando as especificidades da antropologia, assumindo um ponto de vista engajado, desde uma perspectiva teórico-metodológica e também ética.

## **DESENVOLVIMENTO**

Movimentos ativistas e referências acadêmicas bissexuais vêm se expandindo por meio de iniciativas coletivas como o GAEBI (Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade<sup>5</sup>) e a Frente Bissexual Brasileira<sup>6</sup>. Nesse sentido, por me identificar como bissexual, pesquisar sobre bissexualidade e integrar alguns desses movimentos,

---

<sup>3</sup> São conhecidas como ciências “duras” as disciplinas da área das ciências naturais que se dedicam ao estudo de questões físicas, químicas e biológicas mantendo uma tradição metodológica sistemática de testes e observações que prezam pela exatidão como objetividade.

<sup>4</sup> “Visibilidades bi” tem sido uma expressão que utilizo para nomear uma série de iniciativas que venho acompanhando, que perpassam o campo ativista e acadêmico e que se dão por diferentes vieses, tendo em comum uma contribuição para a comunicação e a expansão do tema da bissexualidade no Brasil. A intenção de nomear como “visibilidades” é chamar a atenção para um campo ativo, no qual precisamos falar mais na necessidade de enxergarmos o que vem sendo produzido do que em um estado permanente de invisibilidade. Isso tem a ver com a argumentação de que “de fato, comparado com outras temáticas e letras da comunidade LGBTQIAP+, são poucas as pesquisas sobre o tema realizadas no Brasil. Entretanto, além disso, notamos que as pesquisas existentes tendem a ser pouco conhecidas pelas pessoas envolvidas com o movimento bissexual que, inclusive, mobiliza a falta de dados como uma das principais problemáticas em torno da bissexualidade. Nesse sentido, identificamos uma contradição: de um lado, há o esforço que tem sido feito nos últimos anos por pessoas pesquisadoras sobre bissexualidade no Brasil e, de outro, o desconhecimento acerca dessas pesquisas, que além de não circularem entre os estudos de gênero e sexualidade, enfrentam dificuldades para serem conhecidas pelo público mais interessado nelas.” (KLIDZIO, MONACO, 2021, p. 1836).

<sup>5</sup> O GAEBI é um grupo de estudos voltado para o tema da bissexualidade, criado em 2019 por estudantes de psicologia da UFPA e que tem existido desde 2020 de maneira on-line, integrando pessoas de diversos estados do Brasil, se consolidando como o maior e um dos únicos grupo de estudos sobre o tema no Brasil.

<sup>6</sup> A Frente Bissexual Brasileira é uma frente ampla criada em 2020 que reúne coletivos bissexuais e ativistas independentes de diversos estados do Brasil. A Frente foi criada e tem se organizado de maneira on-line, integrando mobilizações e discutindo pautas bissexuais a nível nacional.

tenho feito meu trabalho de campo e exercitado a escrita também enquanto sujeito “de dentro”. A pesquisa é construída em um movimento de: voltar-se para tal campo por inserir-se e identificar-se pessoal e politicamente como bissexual, ao mesmo tempo em que a própria posição de pesquisadora produz condições de acesso a certos grupos bissexuais, criando determinadas possibilidades de construção do campo e da pesquisa como um todo.

Outra questão é a necessidade de estranhamento do conteúdo das produções, especialmente em relação ao consumo que faço há anos a partir das redes sociais e a partir das quais passei a acessar meu campo de pesquisa. Há aqui uma mudança de configuração em relação à análise etnográfica clássica em que pesquisava-se o “outro” como sendo um nativo de outra cultura e até continente. Assim, me aproximo do que traz a pesquisadora Sandra R. da Silva (2016, p. 53) ao destacar que:

é certo que não somente, mas em especial quando “os nativos somos nós”, as consequências metodológicas implicadas para o trabalho de campo e a etnografia são inúmeras. A mais importante delas, **a perda do isolamento do antropólogo** que pesquisa em sociedades complexas. Como nos lembra Geertz (2001), o antropólogo era um “solitário”. Assim, é fundante a necessidade de observar o familiar a partir de um processo de estranhamento, que era automático no caso do contato do antropólogo com as culturas ágrafas. Tal processo de “estranhar o familiar” não pressupõe a indiferença, mas sim a imparcialidade, relativizando o que seja o “familiar” e o “exótico” (Velho, 1984) e jamais prescinde de um firme compromisso com a teoria (Velho, 1980) – ou, como prefere DaMatta (1984), o ofício do etnógrafo envolve necessariamente experimentar um estado de *anthropological blues*. (grifo meu).

É importante a abertura à possibilidade de interpretar o extraordinário na pesquisa, ou seja, aquilo que não era esperado encontrar. Roberto DaMatta (1984) e Gilberto Velho (1981) pontuam que essas são reflexões relativas ao método e que dialogam com a construção do problema de pesquisa e com as implicações éticas sobre o campo. Para os autores, mesmo reconfigurando-se o trabalho de campo da Antropologia e das Ciências Sociais como um todo, o desenvolvimento de uma pesquisa não perde a necessidade de trabalhar com preceitos clássicos como, por exemplo, o lugar da pessoa que pesquisa e o estado de *anthropological blues* como processos de aproximação e afastamento na interpretação da alteridade.

Nesse sentido, mesmo que inevitavelmente ainda se faça presente uma autoridade etnográfica no sentido estrito do termo, a ideia de “objeto” de pesquisa deixa de fazer sentido na medida em que são borradas as fronteiras entre sujeito e objeto como localizações opostas e não agenciadas. Também, uma perspectiva “de dentro” impacta a noção de campo de pesquisa como sendo um deslocamento para o outro, para o

diferente e exótico na medida em que exige um olhar para si e um “estranhamento do familiar” (VELHO, 1981).

Outro ponto é que, desde as motivações para a escolha do tema, meu exercício etnográfico compreende o engajamento na pesquisa: a pesquisa é construída visando ser útil na crítica à bifobia e na construção de uma memória bissexual. Assim, mais do que buscar o objetivo de contribuição à produção de conhecimento científico e de dados sobre bissexuais, a pesquisa tem como preocupação ser útil para o público pesquisado, o que encaixa-se em uma discussão atual de necessidade ou não de devolutiva e retorno da pesquisa para os sujeitos pesquisados. No entanto, essa não é uma posição simples e fácil de ser assumida pois o debate acerca de qual deve ser o papel da ciência e a postura da pessoa pesquisadora deve ser explorado a sério. Essa discussão perpassa desde uma crítica feminista ao ideal de “sujeito da ciência” até a percepção de que uma postura discursiva de passividade da sociedade perante a produção científica apartada dessa e posta em um pedestal é superficial e só serve para fortalecer ainda mais relações de poder.

Em meio a isso, cabe refletir sobre o que é uma pesquisa engajada, uma “antropologia engajada”, “antropologia aplicada”, ou ainda “antropologia prática”. O que, conforme contextualiza João Vitor de Freitas Moreira (2019, p. 428) com base em KIRSCH (2010), diz respeito a “uma responsabilidade com o enquadramento de pesquisas e um compromisso em mobilizar a antropologia para intervenções construtivas na política”. Assim, “mais do que simplesmente endossar uma causa, ou trazer à atenção para um descontentamento particular, é um projeto de prática etnográfica que se modula às condições requeridas por aqueles que se estudam” (KIRSCH, 2010, p. 78).

É compreensível que, diante do apagamento dessa identidade no ativismo LGBTQIAP+ e nos estudos sobre sexualidade e gênero, de um ponto de vista assumidamente bissexual e engajado, minha pesquisa busca suprir uma necessidade de dados sobre esses sujeitos e suas vulnerabilidades, sendo, portanto, ela mesma um produto visado pelos sujeitos interlocutores da pesquisa. No entanto, considero que mesmo apesar de tudo isso, é preciso ter cuidado com uma romantização excessiva dessa participação ativa dos sujeitos do campo na pesquisa, pois não é possível deixar de considerar a existência de uma autoridade etnográfica que é baseada em uma sensibilidade da pesquisadora que, por sua vez, baseia-se imperativamente na sua experiência. Como destaca James Clifford (2011, p. 36), “é importante notar, porém, que esse ‘mundo’, quando concebido como uma criação da experiência, é subjetivo, não

dialogico ou intersubjetivo”. Assim, a construção do campo de pesquisa dá-se conforme a percepção, localização e características da pessoa pesquisadora, não podendo escapar disso, sendo, portanto, o campo uma “construção artificial” (MALIGHETTI, 2004, p. 109) e a autoridade do autor não renunciável.

De modo geral, me vejo diante de um compromisso com uma “familiaridade etnográfica, honesta e aberta” (LIMA; SMILJANIC; FERNANDES, 2008, p. 192) que envolve um engajamento em um fazer antropológico na pandemia, que me afeta e que motiva a partir do meu corpo e emoções, minha ansiedade e meu isolamento. Um exercício etnográfico que se abriu para afetações me levando a construir uma pesquisa que compreende teoria e metodologia como não separadas. A forma como conduzo a pesquisa caminha de mãos dadas com as teorias que escolho e a forma como desenvolvo minha escrita, tudo isso permeado por um engajamento e uma participação cotidiana para além de uma finalidade acadêmica. Ou seja, há afetações da pesquisadora sobre o campo e do campo sobre a pesquisadora.

Portanto, reconhecida a complexidade dessa pauta, destaco a importância de assumir um fazer antropológico “contaminado” emocionalmente, e uma escrita epistolar (REZENDE, 2019), que considera as emoções e os processos e reconhece as desigualdades na construção de um trabalho científico. Vejo a necessidade de encarar uma localização epistemologicamente enquanto pesquisadora em relação ao campo e à teoria que o constrói. A partir da delimitação de seus contornos e identificações de relações sociais que interessam aos objetivos da pesquisa, a construção do campo e dos percursos metodológicos também se dá com a leitura e a escrita. Na leitura são feitas escolhas por teorias que nos engajam e conversam com nosso campo; na escrita coloca-se em prática o que se aprende com outras pessoas autoras e se exerce uma identidade enquanto pesquisadora, sendo um traço da referida pesquisa a escrita em primeira pessoa, para mim óbvia e automática, afinal, eu escrevo. Porém, esse ainda é um traço, muitas vezes, interpretado e “combatido” como sinal de não objetividade e credibilidade científica. Em minha pesquisa, a subjetividade da pesquisadora não é escondida, pelo contrário, é trazida como eixo de discussão para pensar a produção de conhecimento em pesquisas engajadas.

É crescente o fato de que minorias sociais em direitos não sejam mais objetos de pesquisa e, sim, pesquisem seus próprios contextos e, assim, muitas produções acadêmicas estão ligadas a ativismos e se colocam como pesquisas ativistas. Especialmente em áreas como as ciências sociais, há uma relação para além de pesquisar algo que chama atenção e que é elaborado como um problema de pesquisa,

pois há muitas pesquisas como a minha, que partem “de dentro” do grupo, identidade, ou fenômeno social pesquisado, tendo um engajamento pessoal em uma perspectiva de mudança social. Esse tipo de pesquisa além de poder ser chamada de pesquisa engajada e pesquisa ativista, pode ser considerada também como “pesquisa por demanda” (SEGATO, 2006).

Martins (2004) trata da observação participante como aproximação pessoal em meio a inserção necessária para a pessoa que pesquisa e a aceitação por parte da pessoa ou grupo pesquisado. Ali há uma relação muito subjetiva, muitas vezes até de amizade, criada como base desse processo e é parte do que possibilita que determinados dados sejam elaborados. Nesse contexto, como sugere Donna Haraway (1995), isso não implica a perda de objetividade do conhecimento e não torna a pesquisa qualitativa pré-científica. Aliás, ao contrário, identifico que faz avançar no debate sobre metodologia científica nas ciências sociais pensando, por exemplo, vigilância epistemológica e metodológica em relação à totalidade de nossa pesquisa, inclusive após ela estar concluída. Nesse sentido, a dúvida deve estar sobre pesquisas que se apresentam como neutras e imparciais, afinal é impossível fazer pesquisa sem que cada pessoa parta de sua existência, tendo, portanto, uma dimensão epistolar (REZENDE, 2019).

Como aponta a pesquisadora Leila D. Machado (2004, p. 147),

na maioria das vezes a escrita “científica” deixa poucos rastros das inúmeras implicações que a teceu. As dúvidas, os impasses, as noites mal dormidas, as páginas em branco na tela do computador ficam para trás compondo uma memória que se quer esquecida ou uma ferida que se quer cicatrizada ou uma espécie de diário de “erros” superados.

Em diálogo com Machado (2004), Camila R. de A. Rezende (2019, p. 4) escreve:

os meus pensamentos, lembranças e vivências se entrelaçam em um movimento de reviravolta contínua, selecionando tudo aquilo que sempre aprendi na carreira acadêmica a evitar e a não fazer. Aprendemos que o que é “supérfluo” e ordinário não é digno de preocupação e nem é legítimo. Assim vamos aprendendo a classificar e a hierarquizar a importância das coisas. Isso se reflete no processo da escrita, da pesquisa e da vida. Isso se reflete diretamente na **produção, disseminação e assimilação do conhecimento**. Quanto mais afastamos as banalidades e as emoções da pesquisa e da escrita, mais somos vistos como profissionais e competentes. Note também que não são todas as emoções que precisam ser afastadas, há uma hierarquia nessa lógica, que é uma lógica cartesiana. Existem emoções positivas e potentes para a ciência, como a emoção da descoberta, da segurança, do fazer produtivo. Em contrapartida, existem aquelas emoções que desestabilizam, emoções de insegurança, dúvida, emoções de um corpo que escreve em meio às crises políticas, pessoais e existenciais. Essas emoções não são bem-vindas

ao fazer científico. Não é possível que você não sabe fazer pesquisa e escrever sem ser dominada por essas bobagens! (grifo meu).

Assim como Maria Leão (2018), que pesquisou sobre bissexualidade, se colocou como pesquisadora e ativista sobre mulheres bissexuais ativistas, e Helena Monaco (2020), outra pesquisadora do tema, fala que sente que escreve para dois públicos ao pesquisar sobre ativismo bissexual em um coletivo monodissidente. Também me sinto nessa posição: não sei se me considero ativista, mas vejo-me inserida em meu campo de pesquisa de modo pessoal e independentemente – ou para além – dessa pesquisa. Nesse sentido, acho importante tomar as motivações que levaram as pesquisas sobre bissexualidade a serem iniciadas como fruto de vivências das pessoas autoras para elaborar uma análise de pressupostos epistemológicos de objetividade na pesquisa.

Trago minha colocação enquanto mulher bissexual, integrante do GAEBI e da Frente Bissexual Brasileira, e assim envolvida intimamente com a pesquisa, como uma das questões centrais. Considerando afetações emocionais e pretensões para além de um título acadêmico, a pesquisa visa contribuir para a valorização e documentação das produções sobre bissexualidade a partir das mídias digitais. Entendo que isso não impossibilita a validade e objetividade, mas também não desconsidero que é preciso uma mediação das aproximações entre conhecimento científico e militância ou ativismo. É necessário que isso não impeça que os resultados da pesquisa sejam diferentes do que a pessoa pesquisadora eventualmente pretendeu “provar”, ou então, que não sejam deixadas de lado determinadas considerações sem levar em conta possíveis dados não homogêneos e controversos, por exemplo. Portanto, em conformidade com a proposição de localização dos saberes de Donna Haraway (1995, p. 9), destaco que “[...] nenhuma perspectiva interna é privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade.”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, distanciando-me do mito da neutralidade como objetividade (HARAWAY, 1995) nesse breve escrito apresentei angústias e motivações que permeiam meu processo de pesquisa, tentando elaborá-las conjuntamente com propostas de mudanças e questionamentos a um modelo de fazer ciência. Além disso, me situei em reflexões pertinentes ao campo da antropologia para me guiarem nas especificidades das discussões e dos caminhos de uma pesquisa etnográfica e “de dentro”.

Alguns pontos que não aparecem ou aparecem pouco neste texto, mas que almejo aprofundar, são: a dimensão autoetnográfica da pesquisa e a própria capacidade micropolítica das emoções em uma escrita “de dentro” e epistolar. Também, desejo avançar na discussão sobre os cruzamentos e limites entre ativismo/política e ciência especialmente no que diz respeito a um ensinamento e imperativo de “limpeza” da escrita, buscando esconder um viés da ciência que é sempre existente; bem como em relação a assimetria inegável entre pesquisadora e sujeitos pesquisados por um lado, e uma pesquisa engajada e colaborativa, de outro.

## REFERÊNCIAS

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DAMATTA, Roberto - O ofício de etnólogo ou como ter ‘*anthropological blues*’. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 23-35.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 24 ago. 2022.

KLIDZIO, Danieli, MONACO, Helena Motta. Bi-Blioteca: divulgação científica sobre bissexualidade e monodissidência no Instagram. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3721/3592> Acesso em: 22 ago. 2022.

KIRSCH, S. Experiments in engaged anthropology. **Collaborative Anthropologies**, v. 3, p. 69-80, 2010.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. 2018, 117 f. Dissertação (Mestrado) - Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618> Acesso em: 22 ago. 2022.

LIMA, Edilene Coffaci de; SMILJANIC, Maria Inês; FERNANDES, Ricardo Cid. Uma antropologia engajada: entrevista com Terence Turner. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 9, n. 2, p. 139-157, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/15868> Acesso em: 24 ago. 2022.

MACHADO, Leila D. O desafio ético da escrita. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, p. 146-150, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 ago. 2022.

- MALIGHETTI, Roberto. Etnografia e trabalho de campo: autor, autoridade e autorização de discursos. **Caderno Pós Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Malighetti-Etnografia\\_e\\_trabalho\\_de\\_campo.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Malighetti-Etnografia_e_trabalho_de_campo.pdf) Acesso em: 24 ago. 2022.
- MONACO, Helena M. “**A gente existe!**”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19897> Acesso em: 22 ago. 2022.
- MOREIRA, João Vitor de Freitas. Ensaio metodológico em antropologia engajada. **Espaço Ameríndio**, v. 13, n. 2, p. 427-434, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/89815/0> Acesso em: 24 ago. 2022.
- REZENDE, Camila R. de A. Escrita Epistolar - cartografias de uma epistemologia feminista. **RELACult Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1444> Acesso em: 24 ago. 2022.
- SEGATO, Rita L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, p. 207-236, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbBv8ZQf9SJmpvSywtjb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 ago. 2022.
- SILVA, Sandra R. da. A globalização como desafio para o trabalho de campo e a produção etnográfica. In: Bruno Campanella, Carla Barros (orgs.). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 47-67.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 121-132.